

Ata 1ª Reunião Geral do Fórum Floresta Nativa em 2021 – 24 de março

Participantes: Adilson Pepino (Florasetec Serviços Tecnológicos Reflorestal da Amazônia), Adriano Ziger (FAU Agricultura & Meio Ambiente), Alessandra Freire Reis, Alexandre Castro (BRF), Ana Assa (A.B.E.L.H.A.), Ana Bastos (Amata), Andrea Azevedo (Fundo JBS pela Amazônia), Andréia Pinto (Imazon), Andrezza Nobre (Seleção Natural (Inovação em Projetos Ambientais), Benedito Gomes dos Santos (Universidade Federal Rural da Amazônia), Bianca Ambrosio (Instituto BVRio), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Caio Britto de Azevedo (BNDES), Caio Portugal (Secovi-SP), Carla Gheler-Costa (Câmara dos Deputados), Carlos Barros, Carolina Dubeux (COPPE/UFRJ), Caroline Salomão (IPAM), Cristina Yuri Vidal (WeForest), Daniel Bergamo (IPAM), Daniela Vilela (FSC Brasil), Diogo Bardal (IFC), Eduardo Ditt (IPÊ), Eduardo Roxo (Atina), Elaine da Silva, Elildo Carbalho Jr (ICMBio), Elisabeth Forseth, Fernanda Rodrigues (Diálogo Florestal), Fernanda Rotta (Rotta Moro Sociedade de Advogados), Fernando Castanheira Neto (SFB), Fernando Lima (Instituto Abraço), Fernando Passos (UFPR), Fernão Vale (BNDES), Gabriela Tejerina (UFG), Heitor Eduardo Filpi (Bioflore), Ingo Isernhagen (EMBRAPA), Jaciely Gabriela Melo da Silva (Ambientale), Jean Budke (FAU Agricultura & Meio Ambiente), Jean Ometto (INPE), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), Joanita Karoleski (Fundo JBS pela Amazônia), Jorge Ribeiro (Braúna Empreendimentos), José Henrique Bazani (Geplant Tecnologia Florestal), José Ludgero Resende Ferreira Rocha (IEF-MG), Juliana Reis (BNDES), Juliana Simões (TNC), Juliana Vilhena (Fundo Vale), Júlio Bastos (FAU Agricultura & Meio Ambiente), Junior André Nascimento (FAU Agricultura & Meio Ambiente), Kalil Cury Filho (Partner Desenvolvimento), Karen Tada (Bem Comunicar), Lara Monteiro (Instituto Internacional para Sustentabilidade), Laryssa Augusta (Save Cerrado), Laura Antoniazzi (Agroicone), Leonardo Silva (Universidade de Lisboa), Leonardo Sobral (Imaflora), Luciano Fonseca (Carbonext), Ludmila Costa da Silva (BNDES), Marcello Brito (Abag), Márcia Soares (Fundo Vale), Márcio Macedo (BNDES), Marco Antonio de Resende Ferreira (RPPN Fazenda da Picada / ARPEMG-CNRPPN), Maria Fernanda Treffner (LinkRural), Mateo Saavedra (Kolibri), Mayra Castro (Imaflora), Melissa Hirschheimer (EQAO/BlockC), Michele Cotta Walter (Centro Clima/COPPE/UFRJ), Miguel Calmon (WRI), Milena Ribeiro (TNC), Milton Kanashiro (Embrapa), Miriam Prochnow (Apremavi), Nabil Kadri (BNDES), Nelson Ananias Filho (CNA), Olivia Zerbini (IPAM), Orlando Editore (Proactiva Results), Osmar Bambini (Sintecsys), Patrícia Guimaraes, Paulo Bellonia (Save Cerrado), Paulo Henrique Amaral (Imazon), Paulo Pupo (Abimci), Rachel Biderman (CI), Rafael Albuquerque, Rafael Gomes (Agrotools), Rafael Petrocelli (BNDES), Raphael Stein (BNDES), Renata Barbosa (BNDES), Renata Costa (Bem Comunicar), Renata Maria Guerreiro Costa (Instituto Terroá), Ricardo Garcia (BNDES), Ricardo Haidar (Instituto Perene), Ricardo Santos (ME), Rodrigo Ciriello (Futuro Florestal), Rubens Benini (TNC), Simone Tenório (IPÊ), Thiago de Paula (BNDES), Vanderlei Perez Canhos (CRIA - Centro de Referência em Informação Ambiental), Vera Guedes (BNDES), Vinicius de Moura Santos (Bayer), Vitória Fernandes (100%Amazônia), Fernanda Macedo, Joice Oliveira, Laura Lamonica e Maiara Beckrich

Atualização das Forças-Tarefas do Fórum Floresta Nativa

FT Monitoramento da Restauração e Reflorestamento

- Nos últimos meses, o trabalho da FT foi em torno do desenvolvimento da plataforma [Observatório da Restauração e Reflorestamento](#). A ideia surgiu em 2019, pois não havia uma ferramenta que integrasse os dados de restauração da vegetação nativa e silvicultura no Brasil. Ao longo de 2020, a FT se dedicou ao desenvolvimento da plataforma que [foi lançada](#) em 09 de março deste ano.
- O objetivo da plataforma é integrar, qualificar e reportar onde ocorrem as ações de restauração da vegetação nativa e silvicultura (espécies nativas e/ou exóticas) no país. A organização das informações é feita em três categorias: restauração, regeneração da paisagem e reflorestamento (que abrange qualquer área de silvicultura). A coleta dos dados é feita diretamente junto às iniciativas, instituições executoras e plataformas regionais.
- Os próximos passos deste trabalho são continuar o aperfeiçoamento da plataforma, desenvolver novas funcionalidades e realizar a manutenção.

FT Demandas da Restauração

- Em 2020, a P4F, em parceria com a Coalizão, contratou uma consultoria para realizar o levantamento de informações relativas aos compromissos jurídicos de restauração de vegetação nativa por instrumentos legais no âmbito dos poderes judiciário e executivo (seja federal ou estadual). O estudo abarca os seguintes estados: MG, MT, PA, SP, DF, GO e RJ.
- O objetivo do trabalho foi mensurar a demanda firme, expressa em decisões judiciais já formalizadas e em andamento, assim como identificar quais os mais eficazes mecanismos jurídicos indutores dessa demanda. Em dezembro de 2020, O estudo [“Identificação da demanda por restauração nativa proveniente de mecanismos legais para além da Lei de Proteção da Vegetação Nativa”](#) foi lançado. Para acessar o estudo na íntegra clique [aqui](#).
- Próximos passos da FT serão a divulgação do estudo em Fóruns do setor e apresentação dos resultados a órgãos públicos federais e estaduais a fim de estimular políticas públicas que estimulem o aumento da demanda por restauração.

FT Vitrine da Restauração

- O principal objetivo deste trabalho foi mapear as iniciativas de restauração, como coleta de sementes, viveiros de muda nativa, serviços de monitoramento, entre outros, e também os atores envolvidos na restauração por estado e bioma.
- Para isso realizamos uma pesquisa online e como resultado conseguimos cadastrar 214 instituições que realizam restauração no país. Os dados coletados estão disponíveis na Vitrine da Restauração, hospedada no site da [Sobre](#).
- Será importante cruzar essas informações com as da demanda real (trabalho da FT Demandas da Restauração) para engajar pessoas, verificar onde há lacunas e contribuir para o planejamento de iniciativas.
- Os próximos passos deste trabalho são aprofundar as pesquisas, realizar análise de resultados e produzir artigos científicos e acadêmicos, bem como materiais para fomentar políticas públicas que incentivem a restauração. Também interessa entender como a Covid-19 impactou a cadeia.

FT Bioeconomia

- Em uma de suas frentes de trabalho, a FT tem se dedicado a acompanhar um estudo, em parceria com a TNC Brasil, sobre a importância da sociobiodiversidade no estado do Pará. Neste estudo foram avaliados 30 itens da biodiversidade, como mel, cupuaçu, pupunha e outros – e, nesta primeira etapa, ficou evidente o crescimento econômico de 8,2% nesse setor entre 2006 e 2019. Quando se consideram as cadeias associadas (beneficiamento, comercialização etc.) o valor pode triplicar. O estudo conta com dados do IBGE e matriz da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esperamos apresentar os resultados consolidados no Fórum Mundial de Bioeconomia deste ano.
- Atualmente a FT está trabalhando na elaboração de dois documentos – um Plano de Trabalho para a Coalizão no tema e um posicionamento público do movimento, evidenciando os vínculos da agenda de bioeconomia aos setores de uso da terra, clima e agricultura.
- A visão da FT é de uma bioeconomia inclusiva, em uma sociedade sustentável e resiliente que estimule o diálogo entre os setores.

FT Silvicultura de Nativas

- Em 2020, estruturamos o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Silvicultura de Nativas e sua governança. O lançamento do Programa será em 13/04 e será realizado em parceria com o WRI Brasil. Foi também estabelecido um Conselho Diretivo interino para o lançamento e elaboradas propostas para viabilizar seu financiamento. O processo de trabalho, que culminará com o lançamento do programa, teve início em 2016.
- Ainda em 2020 foi lançado o estudo [“Implicações da legislação brasileira na atividade de plantio de florestas nativas para fins econômicos”](#), em parceria com o WRI.
- Paralelamente, em março foi emitido um decreto que estabelece a criação de um Grupo de Trabalho em parceria da Coalizão com o governo do Espírito Santo para criação de um polo de silvicultura no estado.
- Como próximos passos da FT, daremos sequência ao trabalho sendo desenvolvido com o governo do Espírito Santo e queremos realizar a publicação de estudo sobre o mercado de espécies nativas, o que pode servir como uma estratégia para atrair potenciais investidores.

FT Concessões Florestais

- Em 2020, o tema das concessões ganhou tração no parlamento dentro da agenda de combate ao desmatamento. Neste sentido, a FT buscou contribuir com o tema a partir da elaboração de propostas para alteração da lei de gestão de florestas públicas 11.284/2006, em discussão por conta do PL 5518, apresentado em caráter de urgência para acelerar o processo de licitação das concessões florestais. O trabalho é fruto de parceria entre setor privado, sociedade civil e parlamentares e busca favorecer a viabilidade econômica para concessões florestais.
- Como próximos passos daremos continuidade ao diálogo com o Congresso para avançar com a regulação do marco legal. Além disso, a FT Concessões Florestais está se aproximando da FT Florestas Públicas Não Destinadas para traçar estratégias em conjunto, considerando que as concessões não são a única alternativa, mas um elemento importante nas regiões mais pressionadas pelo desmatamento e que têm potencial florestal madeireiro e não madeireiro.

Debate – Valor e escala para a economia da floresta nativa: restauração, manejo e bioeconomia

Moderadora Ana Bastos – CEO da Amata e líder do Fórum Floresta Nativa

Os temas discutidos hoje, aqui, devem ganhar espaço no debate público ao longo dos próximos anos. É importante discutir o ganho de escala nesse tema já que precisamos maximizar o impacto positivo do que fazemos. E, para haver escala, é preciso pensar em custo e competitividade. Escala também tem a ver com demanda, com políticas públicas e recursos. Coloco então a pergunta: como tornar tudo isso realidade?

Nabil Kadri – Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Fundo Amazônia do BNDES

- Temos grandes instrumentos à disposição das políticas públicas como a implementação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e dos PRAs (Programa de Regularização Ambiental) nos estados. Precisamos pensar em outros instrumentos, como recursos do BNDES, fundos, parcerias.
- Para ganhar escala, é preciso ter estratégia. Sabemos que existem dois grandes grupos que dialogam com a agenda do restauro: grandes proprietários, que têm obrigação de avançar na consolidação das suas áreas florestais, e os pequenos e médios.
- Outro ponto é o mercado de carbono, especialmente o voluntário. Como transformar em ativo aquelas partes da propriedade que já estão destinadas à questão da restauração e manejo? Isso implica na formação de um mercado de carbono e na necessidade de ganhar maior credibilidade.
- A bioeconomia pode ser um fator importante para dinamizar a agenda da restauração. Se por um lado a gente restaura, por outro lado gera renda e faz o manejo sustentável desta área restaurada, contribuindo com cadeias produtivas que já estão consolidadas. Neste ponto, as instituições financeiras têm um papel importante em buscar instrumentos financeiros que dialoguem com essas realidades produtivas.
- Por fim, é preciso falar de concessões de florestas e parques. O BNDES mergulhou bastante neste tema, considerando um conceito mais abrangente de bioeconomia, englobando cadeias não madeireiras e não tradicionais, como o turismo nos parques. Nesse âmbito, temos feito um forte trabalho de parceria com o Serviço Florestal Brasileiro.
- Para ganhar escala, precisamos também de mais operadores capacitados para sermos bem-sucedidos na fase da concessão, para que ela seja perene.

Andrea Azevedo – Diretora de Sustentabilidade do Fundo JBS pela Amazônia

- O Fundo está no início e sua proposta será lançada no início de abril. É voltado para projetos de conservação e restauração, desenvolvimento socioeconômico das comunidades e ciência e tecnologia em estados da Amazônia legal. O Fundo está alinhado à estratégia da JBS de monitoramento de fornecedores indiretos, mas olhará para além da cadeia da empresa.
- A ideia é ser uma estratégia de *blended finance*, trabalhar com filantropia de impacto e fomento, para apoiar iniciativas da floresta – seja no aumento da escala em números ou estruturante.

- Entendo escala em três níveis de impacto: quantitativo, estruturante e de mercado (como fazê-lo chegar na bioeconomia).
- Dentro da questão estruturante temos, por exemplo, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, neste sentido, precisamos expandir esse instrumento, além de pensar em modelos inovadores de ATER que podem nos dar escala. Outro tema fundamental é a questão do crédito e neste ponto a atuação dos fundos é importante.
- Por fim, é o papel da ciência e tecnologia e o Fundo tem um eixo ligado a isso que visa justamente ajudar a mobilizar este papel da ciência e tecnologia para os negócios de base comunitária ou mesmo apoiar as empresas que querem um nível melhor de processamento.
- O Fundo dará conta de uma parte da questão – é preciso haver desejo das pessoas que constituem o negócio comunitário para que ele ganhe escala. Para isso, precisam ver que em médio prazo haverá benefício e resultado, como aumento de renda.
- Precisamos de diferentes organizações favorecendo este todo, ou seja, de uma concertação de esforço para fazer a bioeconomia gerar frutos. Esse trabalho de juntar as empresas que querem apoiar os estados precisaria ser mais concertado com os entes públicos, ONGs, fundos etc., a exemplo da Coalizão que traz muitos benefícios por estabelecer esse diálogo.
- Para dar escala precisamos pensar em uma estratégia concertada pensando no desenvolvimento dos mercados, boa gestão, processamento a partir da ótica de atores diversos e considerando as necessidades das pessoas no território. Para dar certo, a bioeconomia depende da junção de esforços entre as empresas, governos federal e estaduais, ONGs, fundos etc. A estratégia que nos une é criar uma comunidade de aprendizagem, como é a Coalizão.

Márcia Soares – Líder de Parceria no Fundo Vale

- O Fundo Vale tem 10 anos de atuação na Amazônia prioritariamente, com foco no apoio às organizações da sociedade civil com agendas de produção sustentável e restauração.
- No sentido de escala, percebemos que todos os projetos pontuais que apoiamos trouxeram resultados locais excelentes, mas não levaram a economia da floresta em pé ou da restauração a ser significativa no PIB brasileiro, mesmo com todo o potencial que o país tem e por isso voltamos nosso olhar para a questão da escala.
- Ao olhar para este aspecto, percebemos que, para além de recursos financeiros, existem muitos outros pontos ainda a serem construídos. O que começamos a notar é que precisamos pensar em estratégias que valorizem todos os elos da cadeia.
- Ao longo desse trajeto, a Vale assumiu o compromisso voluntário de proteção e recuperação de 500 mil hectares até 2030. Percebemos que havia aí a possibilidade de desenvolver um piloto para testar modelos diferenciados de recuperação.
- Temos pensado em como estruturar arranjos financeiros que ajudem a destravar recursos maiores porque sabemos que o problema não é necessariamente a falta de recursos, mas que estes recursos não cheguem onde deveriam chegar.
- Estamos testando modelos com SAFs (Sistemas Agroflorestais) em 100 mil hectares, mas também considerando arranjos silvipastoris. E, nos outros 400 mil, conservação que envolva arranjos produtivos e mercado voluntário de carbono.
- Temos acúmulo de conhecimento sobre as espécies que dão resultado maior de escala e o nosso desafio agora é pensar o arranjo comercial, para garantir que haja demanda e que a produção tenha para onde escoar.